



EXAME

**COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE CONTABILIDADE
FINANCEIRA**

Observações:

1. Deve arbitrar os dados que, em seu entender, faltem ou não estejam suficientemente clarificados.
2. Cotação da prova: Parte teórica: 40%; Parte prática: 60%.

Parte Teórica (8 valores)

Desenvolva as seguintes quatro questões (**máximo 20 linhas** para cada resposta):

T1. Assunto: Estrutura conceptual e terminologia legal (2 valores)

Dados:

Da apresentação do DL n.º 33/2011 de 7 de Março consta:

"Finalmente, deve salientar-se que a constituição do capital social livre para as sociedades por quotas e das sociedades unipessoais por quotas torna mais transparentes as contas da empresa. Do ponto de vista jurídico, um capital social elevado não conduz necessariamente à conclusão de que uma sociedade goza de boa situação financeira. Na verdade, o capital social não é igual ao património social. O capital é um valor lançado no contrato social, enquanto o património é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma sociedade.

Actualmente, o capital social não representa uma verdadeira garantia para os credores e, em geral, para quem se relaciona com a sociedade. Na maioria das situações, o capital é afecto ao pagamento dos custos de arranque da empresa. Por esse motivo, cada vez mais, os credores confiam que a liquidez de uma sociedade assenta em outros aspectos, como o volume de negócios e o seu património, fazendo com que o balanço de uma sociedade seja a ferramenta indispensável para incutir confiança nos operadores e garantir a segurança do comércio jurídico. Ao tornar a constituição do capital social livre, também se reforça a transparência das contas das empresas."

A transcrição parcial do texto não altera o significado.



Pedido:

Breve comentário sobre as constatações do legislador, tendo em atenção a estrutura conceptual (em especial alínea c) do § 49.º e o § 64 da EC).

T2. Assunto: Capital / suas variações (2 valores)

Nos termos do SNC a “demonstração de alterações de capital próprio” passou a fazer parte do conjunto completo das demonstrações financeiras.

Interprete e comente a utilidade da demonstração das alterações no capital próprio, tendo em atenção que na vigência do POC não colhia visibilidade.

T3. Assunto: Método da equivalência patrimonial (2 valores)

Diga qual é a justificação teórica para a utilização do método da equivalência patrimonial e aborde ainda as implicações contabilísticas que este método tem no reconhecimento dos investimentos financeiros e dos respectivos rendimentos.

T4. Assunto: Emissão de capital (2 valores)

Comente e exemplifique o seguinte artigo da NCRF “Instrumentos Financeiros” do SNC: “Uma entidade deve mensurar os instrumentos de capital próprio emitidos pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber. Se o pagamento for diferido e o valor temporal significativo, a mensuração inicial deve ser a valor presente da quantia a receber”.

Parte Prática (12 valores)

P1. Assunto: Alteração após data de balanço (4 valores)

Dados:

A empresa NNN ultimou a preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro do ano 20X0, a 10 de Fevereiro do ano seguinte, data em que fez a entrega do processo de contas ao conselho de supervisão. A apreciação em Assembleia-geral está marcada para 31 de Março.

As demonstrações financeiras apresentam valores significativos em impostos. Por lei de 1 de Março, com efeito imediato, é alterado o

PROCESSO DE ADMISSÃO – PROVA ESCRITA

(A que se refere alínea a) do nº 1 do artº 13º
do Regulamento Geral das Especialidades)

9 de Abril de 2011



OTOC
ORDEM dos TÉCNICOS
OFICIAIS de CONTAS

critério legal de incidência de impostos e taxas, o que implica uma alteração considerada material nos valores relativos a impostos diferidos.

Pedido:

As contas da empresa devem ser reajustadas antes da Assembleia-geral? Justifique a resposta explicitando as bases da decisão. No caso de entender que não se justifica o ajustamento de contas, mas tão-somente a divulgação dos efeitos de alteração legal, apresente o texto para a divulgação a fazer.

P2. Assunto: Matérias ambientais (4 valores)**Dados:**

A empresa XXX desenvolve indústria de cerâmica. Recentemente adquiriu a totalidade do capital da empresa NNN, com fábrica de cerâmica num parque industrial. A fábrica está instalada em terreno de que NNN adquiriu direito de propriedade por 50 anos, e já decorreram 20.

O funcionamento normal da fábrica causa emissão de gases de estufa e produz “lamas” cerâmicas que tem sido depositadas em local preparado para o efeito quando da instalação. O contrato de aquisição do direito de superfície prevê que o local das “lamas” seja devolvido como terreno limpo.

O preço de venda da empresa NNN à empresa XXX está fixado tendo como uma parcela o capital próprio de NNN, qualquer correcção deste é repercutido no preço. No desenvolvimento da conferência, assistido por ambas as partes, verificou-se que do balanço da empresa NNN constam direitos comprados e ainda não aplicados relativos à emissão de gases com efeito de estufa, mas não constam licenças ainda por aplicar recebidas gratuitamente. Verificou-se também que do balanço não constam quaisquer valores relacionados com a obrigação de recuperar como terreno limpo o local utilizado como depósito de “lamas”.

Pedidos:

1.º O custo das licenças adquiridas e não aplicadas autorizando a emissão de gases de estufa é um valor de activo? As licenças ainda por utilizar das atribuídas gratuitamente em cada ano pelos serviços oficiais, devem constar do activo?

2.º Qual o tratamento da obrigação de repor o local das “lamas” como terreno limpo, considerando a dificuldade pela necessidade de prever um custo que só vai ser suportado daqui a 30 anos.



P3. Assunto: Subsídios do Governo (2 valores)

Dados:

A Câmara Municipal do concelho XXX, para incentivar a formação de uma cooperativa agrícola subsidiou a construção entregando para exploração um terreno avaliado em 100 000 UM (Unidade Monetária). Nos termos do contrato firmado, no caso de a cooperativa ser dissolvida o terreno regressa à Câmara Municipal.

Pedidos:

1. Indicação em balanço (pode ser em esquema) esclarecedor do tratamento contabilístico do terreno e subsídio que lhe compreende.
2. Eventual divulgação (se entender que deve ser feita) no anexo as contas da cooperativa.

P4. Assunto: Agricultura (2 valores)

Dados:

A empresa XXX adquiriu 100 hectares de terreno a 80 centímetros o metro quadrado (total 800 000 Euros) onde plantou cerca de 20.000 amendoeiras. A plantação implicou custos com preparação de terreno, aquisição de plantas e plantação totalizando 300 000 Euros. Recebeu um subsídio do governo para a plantação no valor de 250 000 Euros.

Admite-se que o amendoal entre em exploração normal no 5º ano, e depois possibilite exploração económica durante 25 anos.

Não existe mercado para as amendoeiras separadas do terreno com mais de 3 anos, só podem ser tratadas como lenha, o que, na localização, corresponde a um valor sem materialidade. Não existem tabelas que possam ser base para atribuição de justo valor. São raras as transacções de amendoais, terra com amendoeiras, o que tira significado a qualquer mensuração do conjunto e inviabiliza a mensuração indirecta do valor das amendoeiras.

Pedido:

Esclarecimento sobre a representação contabilística do terreno, das amendoeiras e do subsídio em final do exercício em que se procedeu à plantação, o 1.º, e no final do 5º exercício, o primeiro exercício considerado de exploração.